

40

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 08/09

**“Morrer pela fé e pela Pátria”^{*}
– um modelo hagiográfico**

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de História da Sociedade e da Cultura

D. Fernando, o último descendente da geração de Avis, o infante que esteve para ser sacrificado antes de ver a luz do mundo, ao temer-se que o seu nascimento faria correr perigo a vida de sua mãe¹, acabou por vir a ser o infante

^{*} O texto que aqui se publica, com notas e alguma actualização de bibliografia, foi apresentado oralmente no Colóquio “Santarém e o Infante Santo. 600 Anos”, que teve lugar em Santarém de 26 a 28 de Setembro de 2003, não tendo sido publicadas Actas.

¹ Frei João Álvares, *Obras*, ed. crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, vol. I, *Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Sor. Infante D. Fernando*, Coimbra, Universidade, 1960, pp. 6-7 (doravante citado *Trautado*). Para além da crónica de Frei João Álvares uma outra fonte preciosa para o estudo da figura do Infante Santo, essencialmente de carácter hagiográfico, é o códice existente na Biblioteca Apostólica Vaticana, *Martyrium et Gesta Infantis Domini Fernandi*, que António Manuel Ribeiro Rebelo edita, traduz e estuda na sua completa dissertação de doutoramento, *Martyrium et Gesta Infantis Domini Fernandi. Edição crítica, tradução, estudo filológico*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 2001. E no próprio Congresso Internacional *Santarém e o Infante Santo – 600 anos*, este mesmo autor lançou a obra de divulgação, *Vida do Infante Santo*, Águeda, Paulus Editora, 2003.

sacrificado pela sua pátria, a terra dos seus *patres*, dos seus antepassados². Predestinação à nascença que os fados da vida confirmaram.

A decisão da conquista de Tânger marcou o destino último do infante, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, que a vila de Santarém viu nascer, a 29 de Setembro de 1402, no dia de S. Miguel. Afirma-se aí o primeiro passo de uma longa saga de cavaleiro em expedição militar, que será cavaleiro em cativo e martírio, por longos anos, até atingir o fim dos seus dias. E nesse devir, ler o seu testamento, com os conhecimentos de que dispomos hoje sobre os acontecimentos futuros, parece quase acercarmo-nos de uma carta divinatória de mau augúrio.

Nada há nele, porém, de verdadeiramente anormal. O cavaleiro que admite partir para uma guerra, o devoto cristão que avança para uma etapa incerta da sua vida, prepara-se cautelosamente para o que possa acontecer. Dispõe sobre o seu imprevisível fim terreno, redigindo testamento, em que expressa os cuidados a ter com o seu corpo e muito em especial com a sua alma, na passagem para uma outra vida de descanso eterno no Além³. Trata-se de um gesto comum. Mas a coincidência do pensado com o acontecido interpela-nos.

D. Fernando admite, logo a abrir a sua última vontade, a sua morte na expedição marroquina, em que se comprometia, como nobre cavaleiro que luta pela expansão da cristandade. Numa inicial profissão de fé, e depois da costumeira frase “os homens som certos da morte e no(m) do tempo em q ha de ser”, inclui-se no número dos que cometeram “alguns vícios” e portanto devem sentir temor perante Deus, o “espantozo” Juiz, e querem deixar determinado aquilo que depois da sua morte cumprirá ser feito para se poderem redimir do que, em vida, por “negligencia e fraqueza”, não satisfizeram. Expressão de uma mentalidade em que Deus se apresenta ainda como Juiz, mas adjectivado como espantoso, que tanto pode conotá-lo como misericordioso ou como implacável,

² Para uma contextualização do nascimento dos filhos de D. João I e D. Filipa, leia-se Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 158-160.

³ Seguiremos a versão do testamento publicada por António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova ed. revista por M. Lopes de Almeida, t. I. liv. III, Coimbra, Atlântida, 1947, pp. 204-220. Quanto à data crítica da sua redacção, pois só conhecemos, com rigor, a sua atestação notarial de Lisboa, 18 de Agosto de 1437, veja-se a obra, que constitui a mais actualizada e completa biografia sobre o infante D. Fernando, de João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 71-73. Sabemos ainda que o infante terá escrito um segundo testamento e codicilo durante o seu cativo, mas que não chegou até nós, sendo, por isso, o primeiro que o infante D. Pedro mandou cumprir após a morte de D. Fernando (João Luís Inglês Fontes, *ob. cit.*, pp. 116-118).

e confissão de uma humanidade pecadora, acrescida de uma crença plena na benéfica intervenção dos vivos pelos mortos.

Após este preâmbulo, encomenda a sua alma a Deus e roga a intercessão da “Virgem preciosa”. Para de imediato pensar no seu corpo. Figurando a morte em terras de África, reclama que o seu irmão D. Henrique faça sepultar o seu corpo no mosteiro de S. Francisco de Santiago de Ceuta. Mas reclama um certo embalsamamento do cadáver, com cal virgem e envolvimento numa pele de couro, para que os sobreviventes o possam trazer consigo ou posteriormente enviar para o reino e proceder à sua sepultura no mosteiro de Santa Maria da Vitória. D. Fernando, que parte para a conquista de terra de mouros por amor da terra de cristãos, quer repousar nesta terra natal, ao lado dos seus *maiores*, no panteão real da dinastia de Avis. E, ultrapassadas as diferenças ditadas pelas circunstâncias, assim acontecerá de facto.

Expresso este pedido, surgem as mandas por alma, determinando o infante as cerimónias do enterro, o imediato trintário de missas para alumiar a passagem, a missa de *requiem* e as orações e ofícios sobre a sepultura e quatro missas especiais em honra da Assunção da Virgem, de Todos os Santos, da Cruz e dos Anjos, expressão da sua especial devoção à Virgem, crença nos Santos e na Corte celestial e na paixão redentora de Cristo na Cruz. Especifica depois uma missa diária até ao trigésimo dia, como ainda uma missa quotidiana até à data da sua trasladação. No dia em que a mesma ocorrer, devem repetir-se as cerimónias do dia da sepultura. Institui depois uma capela, ricamente dotada com ornamentos, vestimentas e objectos litúrgicos, na qual, para sempre, a sua alma seria sufragada. Aí, para além das missas comuns, deviam rezar-se anualmente missa cantada de *requiem*, comemorando a sua trasladação, e missas em honra da Santa Cruz de Maio, outra missa da Cruz, missa de S. Miguel de Setembro, missa dos Anjos, missa de Santa Maria de Agosto e de Todos os Santos, reforçando as mesmas linhas devocionais, a que se acrescenta a referência ao arcanjo, em cuja festividade veio ao mundo, e que era para si o “alferez” da Cruz. O infante não parece perfilhar uma lógica de acumulação, nos sufrágios por alma, não se atemorizando com os juízos imediatos das suas acções, mas prefere investir na perenidade das rogações que lhe garantissem um alívio permanente das suas penas, na esperança intemporal da definitiva e eterna recompensa⁴.

⁴ Sobre estas lógicas de acumulação ou de repetição perene e a análise do seu sentido na instituição, nos testamentos, do viático essencial que é a missa, leia-se Jacques Chiffolleau, *La comptabilité de l'au-delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age (vers 1320-vers 1480)*, Roma, École Française de Rome, 1980, pp. 323-356.

D. Fernando é muito objectivo, se bem que parcimonioso, nas recomendações quanto ao seu corpo e alma, mas muito preciso ao encarregar o infante D. Henrique ou, na sua impossibilidade, o conde de Arraiolos ou o bispo de Évora, da trasladação do seu corpo para o reino e ao estabelecer o seu irmão e rei como testamenteiro, que, em caso de necessidade, podia substabelecer em D. Pedro, infante em quem, como afirma, “sempre ouve grande amor e muito prazer em minha vontade”, não deixando também de associar o seu confessor, o dominicano Gil Martins, ao cumprimento das últimas vontades.

Concluídas estas duas imperiosas obrigações, devia proceder-se, de imediato, ao pagamento das suas dívidas e satisfação dos seus encargos. Emerge aqui uma outra faceta do infante, a do comprometido senhor com o seu corpo de vassalos, oficiais e criados. Arrolam-se os seus nomes e especificam-se as dívidas ou montantes a receber, reclama-se perdão e magnanimidade ou mesmo liberdade para os servos, na concretização do ideal do senhor justo e bom e do fiel servidor da Igreja, que quer reparar os danos que inconscientemente possa ter causado⁵. Ele era, como declara com orgulho, o filho “do mui alto e mui poderoso Principe, D. João da esclarecida memoria ... e da muy noble e excelente Raynha D. Felipa”, que devia seguir “as pegadas destes que nos taõ proveitozo exemplo leixarom de si...”. E será ainda por dentro da linhagem real que escolhe o seu herdeiro universal, na pessoa do infante D. Fernando, filho de D. Duarte.

Só depois de satisfeitos os encargos senhoriais se devia proceder às doações às instituições religiosas, em que se especificam mosteiros das ordens mendicantes, ligados aos círculos da Observância e à devoção preferencial da casa de Avis, ou igrejas, com destaque para a Sé de Lisboa e igrejas dependentes do Mestrado de Avis. Da especificação dos seus legados ressumam novos traços da sua personalidade de homem religioso e letrado, possuidor de uma rica biblioteca, de acentuado pendor litúrgico e devocional, e de uma assombrosa riqueza em paramentaria e objectos de culto e litúrgicos, com destaque para um avultado número de preciosas relíquias. Indicadores e comprovantes de uma notável proximidade e mesmo assimilação de uma espiritualidade leiga,

⁵ Refere que, como Mestre de Avis, levava custos de chancelaria dos priorados, não sabendo que tal era proibido pela Igreja. Tomando conhecimento da doutrina eclesiástica, determina que os danos sejam reparados aos lesados. Para um conhecimento da chancelaria de D. Fernando, na sua constituição e produção enquanto infante, e da chancelaria de Avis durante o seu governo, consulte-se o artigo de Saul António Gomes “A chancelaria de um ínclito infante português de Quatrocentos: D. Fernando (+1443)”, *Estudos. Revista do Centro Académico de Democracia Cristã*, nova série, n. 8-9. Coimbra, 2007, pp. 249-291, aludindo na p. 268 a esta cláusula do seu testamento.

intimista, afectiva, penitencial e ascética, aos valores e prestígio de uma verdadeira e real profissão religiosa⁶.

O infante é bem um modelo paradigmático de espiritualidade reformada do laicado, que alia a virtude e devoção aos supremos ideais cruzadísticos da cavalaria cristã⁷. Ele é ainda um representativo descendente da emergente monarquia de Avis que se consolidou, dilatando o seu poder e espalhando a fé cristã por terras de África, e se estruturou, em ritos e cerimónias, como uma corte culta, virtuosa e fidelíssima aos valores cristãos⁸. Os reis, a família real e as elites cortesãs patrocinavam e apoiavam as reformas eclesiásticas, em particular o movimento da Observância e a mais ampla renovação das ordens de S. Francisco e S. Domingos. Por sua vez, franciscanos e dominicanos, como confessores de reis e infantes, incutiam-lhes os ideais das correntes religiosas que ao tempo inovavam na cristandade e as práticas de uma espiritualidade laica mais pessoal, interiorizada, moral e ascética.

D. Fernando constitui um acabado exemplo desta convergência, no retrato que lhe traça Frei João Álvares, cavaleiro de Avis, a casa de que o infante era Mestre. Temos então aqui alguém muito próximo do santo – Frei João Álvares foi criado na sua casa e desempenhou as funções de escrivão da sua câmara, tendo acompanhado o infante durante o seu cativo e morte em Fez – que redigiu a sua biografia, ou melhor, a sua “crónica hagiográfica”, por encomendação do infante D. Henrique e com o apoio de D. Afonso V⁹. Esse texto, que se assume claramente com a finalidade de apresentar o infante como um santo e um mártir, fonte de ensinamentos e de edificação e modelo a ser venerado e imitado por senhores e cortesãos, não deixa, porém, como já foi demonstrado, de ser fiel aos actos e acontecimentos da sua vida, ainda que alguns omita, permeabilizando-se também à crescente influência do humanismo na construção das biografias de santos.

D. Fernando é apresentado – e terá sido na vida real – como um senhor que combinava a tradição de uma religiosidade fiel à liturgia, à eucaristia e ao culto dos santos, com a renovação de uma espiritualidade que visava uma relação mais interior, afectiva e pessoal com Deus. O seu perfil moral desenha-se

⁶ Sobre a religiosidade do Infante leia-se, João Luís Inglês Fontes, *ob. cit.*, pp. 49-68.

⁷ Para um confronto com outras expressões de religiosidade do laicado neste período veja-se Maria de Lurdes Rosa, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, in *História Religiosa de Portugal*, vol. I, *Formação e limites da Cristandade*, coord. de Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.492-505.

⁸ A educação dos infantes segundo este modelo é apresentada por Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, pp. 160-162.

⁹ João Luís Inglês Fontes, *ob. cit.*, pp. 163-172.

desde logo de acordo com os valores da observância mendicante, enfatizando a temperança, a justiça, a humildade, a liberalidade, a prática das obras de misericórdia e a castidade do corpo e da alma. Mas o seu retrato de senhor e infante compõe-se ainda com a recorrente preocupação e carinho para com os homens da sua casa, a honra dos códigos e valores da cavalaria e a entrega às virtudes e ao empenho do espírito cruzadístico.

O infante devotou uma particular atenção à sua capela, provendo-a de um pessoal digno e cumpridor, entre capelães, moços de capela e cantores, enriquecendo-a com livros, alfaias e paramentos litúrgicos, ornando-a com retábulos e recheando-a com relíquias. Numa liturgia, redimensionada em cerimonial e ritual por escrupulosos eclesiásticos e ricos objectos, e onde se seguia, à imitação da capela real¹⁰, os costumes de Salisbúria, aí se rezava missa cantada quotidiana, à qual o infante assistia hierarquicamente da sua “cortina”, e ainda com maior solenidade se festejava a Ressurreição, as festas da Cruz, da Virgem e dos Santos. Este interesse religioso pela liturgia manifestava-se também na sua livraria, já que mais de metade dos seus códices eram obras dedicadas à celebração eucarística, à recitação do ofício divino e aos rituais das práticas sacramentais e devocionais. E ao viabilizar assim um esplendoroso e modelar culto litúrgico, ostentado em livros, alfaias e vestes, e assumido por dignificados e dignificantes clérigos, o infante comungava da superioridade e proximidade do sagrado e do prestígio e protecção dos intercessores e intermediários do divino.

Mas o infante entregava-se igualmente a práticas devocionais mais intimistas e ascéticas. Além da capela possuía um oratório na sua câmara e aí rezava as horas canónicas, como recomendava o costume de Salisbúria, e comprazia-se com a contemplação da Virgem do Pranto, que lhe evocaria os mistérios dolorosos de Cristo. Essa devoção à humanidade e paixão de Cristo manifestava-se também nas comemorações das festas da Invenção e Exaltação da Cruz e na presença, entre os seus objectos de culto, de uma cruz e um relíquia da Vera Cruz.

A aproximação aos sofrimentos de Cristo traduzia-se em práticas penitenciais e ascéticas rigorosas e desmultiplicadas abstinências e mortificação do corpo. Jejuava a pão e água de Sexta-feira Santa a Domingo de Páscoa, nas vigílias das festas de Cristo e da Virgem e nas de alguns santos. Jejuava de conduto todas as Quartas e Sextas-feiras da Quaresma, Advento e Quatro Têmporas, nas vigílias

¹⁰ As capelas reais de seu pai e irmão são analisadas, respectivamente, por Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, pp. 184-187, 192-195 e Luís Miguel Duarte, *D. Duarte, requiem por um rei triste*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 186-189.

de certos apóstolos e santos e nas dos aniversários do rei e rainha, enquanto no próprio dia prescindia de companhia e comia só. Acresce que, em alguns desses dias, não dormia. Privação de alimento e de sono e desprendimento no vestir e em desenfadados eram exigências da sua afectiva piedade crística. Por isso quando na sua capela se desenrolava o simbólico enterro de Cristo, na Sexta-feira Santa, por influência do rito de Salisbúria, encerrando-se a hóstia consagrada numa urna, que permanecia fechada até ao Domingo da Ressurreição, o infante entrava em jejum de pão e água durante esses três dias, de dia e de noite, e rezava na capela, em vigília, ao corpo santo do Cordeiro imolado.

Em consentâneo, a sua piedade culta e letrada alimentava-se com leituras espirituais de cariz afectivo¹¹. Era senhor de um *Stimulus Amoris* de S. Boaventura, de um *Rozal de Amor* e de um *Herme Espiritual*, além de hagiografias, como a de S. Jerónimo ou a da Rainha Santa Isabel, e de dois livros de horas, comprazendo-se com uma literatura de cariz místico e ascético, edificando-se nos *exempla* morais e recolhendo-se numa piedade pessoal e privada. Não menos se entregaria a uma meditação exegética do sentido do pecado e valor da penitência, já que pedira emprestado ao mosteiro de Alcobaça, para ser copiado, o *Livro de Confissões* de Martim Peres¹².

O destino último deste virtuoso infante e valoroso cavaleiro foi o de ficar refém em cativo depois do desastre de Tânger¹³. Na capitulação de 17 de Outubro de 1437, em troca do embarque em liberdade dos portugueses, Ceuta devia ser reposta em poder dos muçulmanos e como penhor de tal acto ficava refém o infante D. Fernando e alguns dos seus servidores e companheiros. A praça não foi devolvida e o infante permaneceu cativo. Com este supremo sacrifício que lhe foi exigido, resgatou a entrega de Ceuta que, pela sua liberdade, era reclamada. Então D. Fernando vai tornar-se um mártir pela fé e pela pátria. Sofre um longo cativo em consequência da cristianização e conversão que os portugueses pretendiam empreender junto dos muçulmanos marroquinos. Assimila-se assim aos primitivos mártires que deram a vida pela fé cristã e pela pátria celeste. Mas o infante padeceu também e acabou por morrer pela pátria terrestre, essa outra noção de pátria que da primeira decorre, numa estratégia

¹¹ José Mattoso, “Leituras cistercienses do século XV”, in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 547.

¹² Para uma mais ampla integração da sua biblioteca, no conjunto das dos infantes de Avis, leia-se Aires A. do Nascimento, “As livrarias dos príncipes de Avis”, *Biblos*, LXIX, Coimbra, 1993, pp. 265-287.

¹³ Um enquadramento dos acontecimentos em torno de Tânger no reinado eduardino apresenta Luís Miguel Duarte, *D. Duarte...*, pp. 222-251.

de laicização do pensamento religioso e sacralização do laico¹⁴. Mas porque neste caso a expansão da cristandade e as ideias cruzadísticas se mesclavam intimamente com os valores políticos e os interesses da comunidade, o Infante Santo é bem o modelo quatrocentista desse mártir que *pro fide et patria mori*, que deu a vida pela fé e pela terra. Imolou-se pela pátria, esse *corpus mysticum*, suporte dos reinos hispânicos, que reunia, em perfeita idiossincrasia, o ancestral território dos antepassados e a firme cristianidade¹⁵.

Esperava-se, inicialmente, um cativo breve. Os cativos foram transferidos, a 22 de Outubro de 1437, de Tânger para Arzila, dispondo o infante, durante esse tempo, de uma certa margem de liberdade. Mas, entretanto, a entrega de Ceuta, que dividia as opiniões no reino, como se demonstra nas Cortes de Leiria de 1438, não se concretizou e os muçulmanos não aceitaram outros acordos que lhe foram propostos. E assim o infante foi transferido para Fez, a 25 de Maio de 1438, sendo então sujeito, com os seus companheiros, a novas agruras de cativo. As negociações em finais da vida de D. Duarte e depois nos inícios da regência, com vista à devolução da praça marroquina, melhoraram um pouco a situação dos cativos. Mas, subsequentemente, os avanços e recuos na concretização de tal medida foram-se repercutindo no doloroso quotidiano dos reféns¹⁶.

Os últimos quinze meses de cativo, que marcam o zénite dos tormentos recebidos, constituem o núcleo central do discurso de Frei João Álvares, aqueles que dão inteligibilidade e sentido à apresentação da virtuosa vida do infante e justificação para um posterior reconhecimento da sua santidade¹⁷. Acompanhem as linhas estruturadoras e evolutivas desse modelo hagiográfico.

O prolongado sofrimento do infante mimetiza a dura paixão do Salvador. Sofrimento como que pré-anunciado, primeiro por um nascimento difícil, mas abençoado, em que a rainha, recusando-se a abortar, dera à luz, sem perigo de vida, esse filho varão, e depois por uma saúde muito débil que o fez padecer toda

¹⁴ Ariel Guance, *Los discursos sobre la muerte en la Castilla Medieval (siglos VII- XV)*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1998, p. 341.

¹⁵ Ariel Guance, *ob. cit.*, pp. 350-355. O autor desenvolve a problemática deste discurso, presente nos escritos dos reinos hispânicos, de morrer pela fé na luta contra o infiel, e pela pátria, conceito que engloba a terra, elemento estruturador da sociedade feudo-vassálica, mas envolve também a comunidade dos antepassados, convergindo para a ideia de pátria como corpo místico, doutrina que mais acentua no artigo "To die for country, land or faith in Castilian medieval thought", *Journal of Medieval History*, vol. 24, n. 4, 1998, pp. 313-332.

¹⁶ Para pormenores sobre toda esta campanha marroquina e ulteriores negociações depois da derrota, veja-se João Luís Inglês Fontes, *ob. cit.*, pp. 71-120.

¹⁷ Uma análise dos passos da crónica de Frei João Álvares que conduzem à construção da imagem do Infante Santo se encontra em João Luís Inglês Fontes, *ob. cit.*, pp. 163-198.

a vida de doenças e dores. Mas D. Fernando assume o seu calvário doloroso, à imagem e semelhança de Jesus, com resignação, paciência, humildade e contrição. Cuida mais dos seus, esses doze homens, que consigo ficaram, à semelhança dos Apóstolos de Cristo, que de si próprio. Sempre deseja saber sobre os seus companheiros de cativo, sofre com os seus pesados castigos, procura todos os meios para estar em contacto com eles, incutindo-lhes a fé e o amor de Cristo. Mais. Pede-lhes perdão por sofrerem por sua causa: “perdoaaeme pello amor de Deus quanto mal e trabalho padeçees polo meu”¹⁸. Chega mesmo a afirmar que só tem ânimo para viver e desejar voltar a Portugal para poder “aguasalhar e contentar” os seus companheiros, para além de querer animar a Cristandade a ganhar aquela terra pela fé e rogar ao rei e infantas que libertem os cristãos cativos dos mouros. Num mais lato sentido do perdão, e à imitação de Jesus que absolve os seus algozes, perdoa todos aqueles que o fazem sofrer.

Se a sua prisão em espaço exíguo, escuro e desprovido do mínimo conforto, era já uma mortificação em si mesma, o infante pautou o quotidiano dos seus dias de cativo por um rigor ainda mais profundo. Não comia carne às Segundas e Quartas, como muitas vezes não ceava, vivendo numa contínua abstinência e aspreza. Pelo breviário, que consigo tinha, rezava muitas e devotas orações. Postava-se de joelhos, continuamente, e não poucas vezes até assim dormia, de modo que “tiinha nos giolhos callos muito grandes, e faziam se lhe neelles espigas mui altas, que lhe davom gram padeçimento”¹⁹. Numa nota muito característica da sua devoção ascética, comovia-se quando orava de molde que “tanto continuavom as lagremas corer de seus olhos, que os lagremaaes e o rosto per onde coriom eram asados, como se lhe posesem fogo”²⁰. Expressão de uma religiosidade lacrimosa, espiritualizada e solitária, em que as lágrimas dirigidas a Deus tinham o dom de purificar e conduzir à virtude²¹.

Recebia o seu confessor semanalmente, por certo para se desencarregar das suas culpas e penitenciar. Por duas vezes, com ele esteve desde o jantar até à ceia, tendo-lhe sido comunicadas as indulgências plenárias, que graciosamente haviam concedido os papas Martinho V e Eugénio IV²² aos reis de Portugal e seus combatentes em terras marroquinas. Clara demonstração de um apreço e

¹⁸ *Trautado*, p. 83

¹⁹ *Trautado*, p. 82

²⁰ *Trautado*, p. 83.

²¹ Anne Vincent-Buffault, *História das lágrimas*, trad. port., Lisboa, Teorema, 1994, pp. 148-156.

²² Referência, por certo, às bulas de cruzada *Rex regum*, emitidas por Martinho V, a 4 de Abril de 1418 e Eugénio IV, a 8 de Setembro de 1436 (*Monumenta Henricina*, vol. II, Coimbra,

apego às indulgências, muito significativo e marcante, neste tempo de renovados ideais cruzadísticos.

Os dias de cativo assim iam decorrendo em total despojamento e penitência, para o qual não contribuía menos o abominável espaço e falta de higiene da masmorra, a que não faltavam mesmo os piolhos e as pulgas, até que no primeiro Sábado do mês de Junho²³ de 1443 o infante adoeceu gravemente. É a morte que se avizinha. Os seus pedem ajuda a El-Azraq e demais cortesãos, mas nada conseguem, salvo que o físico e alguns cristãos estivessem com ele. Na Quarta-feira, o santo recebe o anúncio da sua morte, em consonância com os modelares cânones hagiográficos. Tal acto é testemunhado, na sua circunstância externa, pelo seu confessor, que, quando à uma hora da manhã olha para o infante, vê sair dele uma grande claridade ao mesmo tempo que o seu semblante se mostra alegre e risonho, os seus olhos abertos estavam rasos de lágrimas e as mãos alçavam-se ao céu. Depois obterá, por confissão do infante, a explicação do acontecido. Quando D. Fernando, pensando nas angústias deste mundo, se mostrava desejoso de o abandonar, viu numa parede um vulto de uma Senhora sentada num estrado alto, que logo identificou com a Virgem, acompanhada por gente formosa. Ajoelhando-se perante ela, dois desses companheiros, plenamente identificados pelas suas insígnias como S. Miguel (tendo numa mão o pendão da cruz e na outra a balança) e S. João Evangelista (com um cálice e um livro que rezava *In principio erat verbum*), rogaram à Virgem que acabasse com os padecimentos do infante para que ele pudesse ascender à “gloria com nosos irmãos”, tendo a Senhora sentenciado “que neste dia seria trazido e colocado ante eles”²⁴. Era a certeza do fim, era a comunicação divina da santidade do infante, ainda em vida.

D. Fernando prepara-se. Depois do sol-posto, apegando-se aos merecimentos da Paixão de Cristo, da Virgem e dos santos, faz confissão geral e recebe do seu confessor a absolvição plenária *in articulo mortis* e a bênção. Lembremos que já antes, quando se separara dos seus, fizera o seu último testamento e aconselhara os demais a também assim procederem, e todos se confessaram, comungaram e receberam a extrema-unção. Por fim, numa atitude profundamente intimista, “volveu se sobre a parte direita e dise: “Ora me leixaae acabar”²⁵. D. Fernando,

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, doc. 143; vol. V, Coimbra, 1963, doc. 133).

²³ No *Trautado*, p. 85, está Julho, o que é um erro.

²⁴ *Trautado*, p. 88.

²⁵ *Trautado*, p. 90.

que abandonado e em solidão passara os últimos anos da sua vida, pretende também morrer só e em recolhimento.

Comunicada a morte do infante a El-Azraq é este chefe mouro que lhe ergue o primeiro elogio fúnebre, ao afirmar que se fosse muçulmano seria santo por três bondades - a verdade, a oração e a castidade. Proclama-se, pela voz do “outro”, o reconhecimento da santidade de D. Fernando, numa nota da superioridade do cristianismo encarnado neste infante santo, frente ao islamismo que, na pessoa de El-Azraq, é personificado com todos os vícios.

Recebendo os companheiros do infante ordem para tirar as cadeias do seu corpo e colocá-lo num ataúde, sucedem-se as evidências e proclamação da sua santidade. Logo estes pranteiam o seu senhor em gestos e palavras. Depenam as barbas e cabelo e ferem os rostos, na velha tradição do luto ibérico, e louvam com palavras a sua *virtus* guerreira, na coragem, honra, fidelidade e companheirismo cavaleirescos, expressando os seus protestos e desamparo, desagasalho e orfandade pela morte do seu senhor²⁶. Reverencialmente beijam os pés e as mãos dessa relíquia. Porque inequivocamente o corpo de D. Fernando se apresenta com um corpo santo. Mostra-se, por isso, tanto ou mais perfeito que em vida: “cujos nenbros eram em tanta desenvoltura como se vivo fose. E em tam deleitoso esguardamento, como vista angelica...”²⁷. Não apresenta deformidade nem desprende quaisquer maus odores²⁸.

O seu cadáver pode então ser manipulado, faculdade que só aos corpos santos se confere. Mas curiosamente, havendo recebido ordens de El-Azraq para eviscerar o corpo do infante e enchê-lo de sal, murta e louro seco, os seus companheiros, incrédulos, inquirem sobre a finalidade de tal acto e negam-se radicalmente a praticá-lo, pois como afirmam “Deus o nom consentira”²⁹. É a prova manifesta da relutância em ferir a integridade do corpo³⁰ e da escassa representatividade das práticas de conservação dos cadáveres entre nós. No entanto, os mandados superiores foram cumpridos e um cristão de Beja abriu e coseu o corpo do infante e as suas vísceras foram colocadas em duas painelas

²⁶ Sobre os prantos, expressão escrita de gestos e palavras, leia-se José Mattoso, “O pranto fúnebre na poesia trovadoresca galego-portuguesa”, in *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1996, pp. 201-214.

²⁷ Trautado, p. 91.

²⁸ André Vauchez, *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge d’après les procès de canonisation et les documents hagiographiques*, Rome, École Française de Rome, 1988, pp. 499-507.

²⁹ Trautado, p. 94.

³⁰ Michel Lauwers, “Morte e mortos”, in *Dicionário temático do Ocidente Medieval*, coordenação de Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, trad. brasileira coordenada por Hilário Franco Júnior, Bauru-S.Paulo, EDUSC- Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 255.

de barro e salgadas. A elas se prestaram honras fúnebres cristãs. Enterraram-se numa cova, que depois revestiram de canas “a maneira de moymento”, e cobriram com uma alcatifa ornada com uma cruz branca. Aí, diariamente, os seus companheiros e um clérigo rezavam as horas dos defuntos de três lições e, aos Domingos e festas, as de nove lições, incensando-as, alumando-as e aspergindo-lhes água benta³¹. Para depois, quando esses cavaleiros se dispersaram, virem a ser enterradas noutra local, de onde Frei João Álvares as transportará para Portugal. E no reino receberão, como relíquias santas³², honras reais e públicas, com a solene trasladação para o mausoléu da Batalha.

Em contrapartida o seu corpo, transportado em tábuas até aos muros da cidade, sofrerá o opróbrio. Dependurado nu com a cabeça para baixo, nas ameias do muro, foi, durante quatro dias, apedrejado, cuspidado e coberto de escárnio. Procuravam assim os mouros anatematizar e esconjurar esse cristão para que, depois de morto, a fama da sua santidade não lhes pudesse causar problemas. Por isso, ao fim daquele tempo, ainda colocaram o seu corpo, que não dava sinais de maus cheiros ou de putrefacção, dentro de um ataúde e pregaram-no no muro da cidade de Fez³³. Com D. Fernando, e pela força do seu martírio, temos o único exemplo de manipulação de um corpo da família real portuguesa e de duplo enterro, ainda que em contextualizações muito especiais e nada ortodoxas.

E ali mesmo, por intermediação dessa santa relíquia, se operaram os milagres. Respeitavam-no as aves que não pousavam no espaço em seu redor nem deixavam qualquer imundície. Atestavam a sua santidade os vigias da vila pela luz e claridade que, em certos dias, se desprendia daquele ataúde. Por intermédio do seu corpo santo e do local que o recebera, ou por simples invocação do seu nome, cerca de uma dezena de milagres tiveram lugar³⁴. E porque muitos deles ocorreram em terra dos seguidores de Alá, e mesmo com miraculados mouros, não só ratificavam os poderes taumatúrgicos do Infante Santo, como proclamavam a vitória da fé cristã e do seu mártir sobre o islamismo e os muçulmanos. Se, ao tempo, os cristãos e portugueses não haviam vencido pelas armas, derrotavam o inimigo pelas manifestações visíveis da supremacia da sua fé e pelo testemunho e poderes miraculosos de um santo mártir.

³¹ *Trautado*, p. 96.

³² Uma breve síntese sobre o culto das relíquias apresenta Sofia Boesch Gajano, no artigo “Santidade”, in *Dicionário temático do Ocidente Medieval*, pp. 451-453, sendo a obra-mestra sobre o tema a de Herrmann-Mascard, *Les reliques des saints. Formation coutumière d'un droit*, Paris, Éditions Klincksieck, 1975.

³³ *Trautado*, pp. 95-98.

³⁴ *Trautado*, pp. 104-106.

Mas o seu sacrifício encerrou outras valências. D. Fernando acrescentará à plêiade de homens cultos, viajados e devotos da geração de Avis, a auréola da santidade e do martírio³⁵. Por isso a dinastia avisina se apropriará da sua memória, assumindo-a como um elemento estruturante do seu referencial propagandístico. A crónica do seu martírio, santidade e milagres foi, de pronto, encomendada. O resgate do seu corpo constituir-se-á em bandeira ideológica para a prossecução da política marroquina. As trasladações dos seus restos mortais serão encenadas para servirem de suporte memorialístico aos reis e infantes da casa de Avis. As representações iconográficas do seu martírio e santidade figurarão em altares, como referencial do culto e devoção ao Infante Santo³⁶.

Logo em 1451 chega a Santarém Frei João Álvares com as vísceras do infante, que foram encerradas numa caixa de madeira, coberta de damasco preto³⁷. D. Afonso V manda-as levar imediatamente para a Batalha. Mas quando Frei João Álvares e João Rodrigues chegaram a Tomar encontraram-se com o infante D. Henrique. De pronto este infante inverteu o seu caminho e seguiu-os, dirigindo desde então toda a ritualização do acto, que se assume como a consagração das relíquias de um santo e mártir. As relíquias foram depostas sobre o seu sepulcro feito altar e aí foram cantadas as matinas e rezada missa dos mártires. Seguiu-se uma solene procissão, em que Frei João Álvares abriu a caixa das relíquias, oferecendo, à vista e veneração de todos, o corpo santo e taumaturgo do infante. Por fim, D. Henrique, com toda a reverência, ajoelhando-se perante as relíquias e beijando-as, colocou-as no túmulo, enquanto se cantava o responso dos mártires. Posteriormente, a capela henriquina terá a invocação do Infante Santo, decorando-se com painéis que o figuravam, enquanto a capela do santo se preenchia com um retábulo que retratava o seu cativo em terras de África³⁸.

Mas a sepultura de D. Fernando, adossada às paredes da capela do Fundador e decorada muito simplesmente com a sua empresa, ramos de roseira que, pelos seus espinhos, se transmutavam em símbolos do martírio, e a sua divisa “Le Bien me plaît”, foi ainda mais uma vez aberta, alguns anos mais tarde. Na verdade as relíquias do santo não estavam completas. O seu corpo

³⁵ Quanto ao protagonismo dos infantes da linhagem de Avis, leia-se Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, pp. 164-169.

³⁶ António Manuel Ribeiro Rebelo, *Martyrium et Gesta...*, vol. II, pp. 884-895.

³⁷ *Trautado*, pp. 106-107.

³⁸ António Manuel Ribeiro Rebelo, *ob. cit.*, vol. II, pp. 887. Para além desta iconografia batalhina (pp. 884-895), o autor não deixa também de aludir a outra coeva do Códice do Vaticano (pp. 881-884) e do políptico de Nuno Gonçalves (pp. 895-913).

continuava humilhanamente exposto numa porta de Fez, exigindo resgate e punição do opróbrio. E esta proposta ideológica, política e religiosa foi mais uma justificativa para a prossecução da guerra no Norte de África, advogada por D. Afonso V e D. Henrique. É ainda o infante D. Fernando, mesmo depois de morto, a mobilizar a guerra santa dos cristãos contra os muçulmanos. E depois da conquista de Arzila, tendo sido coroadas de êxito as negociações para libertar o corpo do infante, as ossadas de D. Fernando chegaram ao Restelo, em 1473³⁹, sendo solenemente recebidas por D. Afonso V e pelo príncipe D. João. Ouvia-se, no momento, uma pregação em que o prior de S. Domingos, encomiando a virtude e santidade do Infante, arrancou lágrimas de todos os presentes. Logo depois os seus ossos foram trasladados para o mosteiro da Batalha, onde, como refere a crónica afonsina, “Deos por merecimentos do dito Ifante, e em synal de sua bemaventurança fez alguns myllagres”⁴⁰. E esse mesmo relato cronístico termina com este juízo “E certamente com a restituçam da ossada deste bem aventurado Ifante, por justas causas e muy craras rezooões recebeo todo o Reyno prazer e allegria sem conto, e ElRey dos seus naturaes e estranhos nom menos honrra, gloria, e louvor que das prosperas expunaçoões de Arzyla e Tangere”.

É D. Fernando a completar a galeria de retratos da “Ínclita Geração”. Aos heróis guerreiros, aos letrados cortesãos, aos cavaleiros virtuosos da dinastia de Avis, D. Fernando acrescentará a valia suprema do mártir e do santo que se imolou pela fé e pela pátria. Martírio e santidade que os seus reproduzem de imediato, em propaganda e memória de ideais cruzadísticos e expansionistas, a favor da sua linhagem e dos mais altos desígnios e protagonismos, aquém e além mar, da monarquia portuguesa.

³⁹ Segundo a *Chronica dos Feitos, Vida e Morte do Iffante Sancto Dom Fernando...*, revista e reformada pelo padre Frey Hieronymo de Ramos, 1577, cap. 43, in Frei João Álvares, *Obras*, pp. 261-268, teria sido um sobrinho do rei de Fez, que, para afrontar o seu tio que o maltratava, roubara o atáude em que estava o corpo do infante e ele próprio o trouxera ao rei de Portugal.

⁴⁰ Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in *Crónicas*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977, cap. CLXXII. E no seu túmulo vê-se claramente um orifício por onde os crentes enfiavam uma cana para tocar na sua ossada, rogando-lhe milagres, da mesma forma que se verifica que o relevo da pedra tumular está gasto pelo toque dos fiéis (António Manuel Ribeiro Rebelo, *ob. cit.*, vol. II, p. 902, com imagem da arca tumular).